JUSTIFICATIVA

Senhores (as) Vereadores (as),

Encaminho para deliberação dos nobres pares o Projeto de Lei nº 28/2017, que altera a Lei Municipal nº 4.994/2015, concedendo a isenção da tarifa de "Zona Azul" aos idosos e deficientes.

Sabemos que a maioria dos idosos e deficientes vivem com uma pequena renda oriunda de sua aposentadoria ou benefício, e que os custos de vida nessas condições são elevados;

Ressalto ainda, que com a crise econômica muitas pessoas tem enfrentado sérios problemas financeiros e cabe a nós legisladores procurar medidas para auxiliar os cidadãos a contornarem esse grave problema financeiro.

Ressalto ainda que, o projeto visa conceder mais um benefício a essa classe da nossa sociedade uma vez que as políticas públicas tem dado maior ênfase no cuidado com os idosos e deficientes, grupo esse de pessoas que por muitos anos foram esquecidos pelas administrações públicas em todas as esferas;

Outro ponto a se destacar é que tal benefício existiu até meados de 2015, quando o então Prefeito enviou a esta Casa de Leis, um novo projeto regulamentando a área de "Zona Azul" e consequentemente extinguindo este benefício.

Considerando a importância da matéria e a simplicidade de seu intento, convido os nobres pares a votarem por sua aprovação, aproveitando também a oportunidade para renovarmos nossos protestos de elevado apreço.

Garça, 10 de maio de 2017.

ANTONIO FRANCO DOS SANTOS
VEREADOR

Câmara Municipal de Garça
www.cmgarca.sp.gov.br
Protocolo N.º 49435
11/05/2017 17:34:33
Cássia M. D. Bariani

PROJETO DE LEI CM Nº 28/2017

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.994/2015, CONCEDENDO ISENÇÃO NA TARIFA DE "ZONA AZUL" AOS IDOSOS E DEFICIENTES.

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º O parágrafo 3º, do artigo 3º, da Lei Municipal nº. 4.994/2015, que regulamentou a área denominada "Zona Azul", passa a ter a seguinte redação:

"

Artigo 3º -

...

§3º- Ficarão isentos do pagamento desta tarifa, pelo prazo de até duas horas, os deficientes e idosos, quando fizerem uso do estacionamento "Privativo", mediante a colocação de documento de identificação e cartela de isenção, em local visível do veículo.

Art. 2º Fica incluído no artigo 3º da Lei Municipal nº. 4.994/2015, que regulamentou a área denominada "Zona Azul":

Artigo 3º -

...

§4º - A solicitação da isenção deverá ser feita no órgão gestor do serviço de "Zona Azul", sendo necessária para a mesma a apresentação do cartão de identificação do condutor e do veículo, sendo permitido a retirada mensal de até quinze cartelas de isenção.

.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 10 de maio de 2017.

ANTONIO FRANCO DOS SANTOS
VEREADOR

Referência: Solicitação de Parecer à Procuradoria Jurídica

Senhor Procurador,

Requeiro de Vossa Senhoria, Parecer Jurídico do **Projeto de Lei nº 29/2017,** de autoria do vereador Antônio Franco dos Santos "Bacana" - Altera a Lei Municipal nº 4.994/2015, concedendo isenção na tarifa de "Zona Azul" aos idosos e deficientes.

Garça, 14 de junho de 2017.

Wagner Luiz Ferreira
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Paulo André Faneco
Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

PROCURADORIA LEGISLATIVA

PARECER/PLCMG N° 029/2017
PROJETO DE LEI N° 029/2017
INTERESSADO: Comissão de Constituição, Justiça e Redação
ASSUNTO: Isenção do pagamento da tarifa de estacionamento regulamentado

I. Parecer sobre Projeto de Lei n° 029/2017, que "Altera a Lei Municipal n° 4.994/2015, concedendo isenção na tarifa de Zona Azul aos idosos e deficientes".
II. Presença de vícios de inconstitucionalidade por afronta aos artigos 5°, 24, § 2°, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual.
III. Vício de iniciativa. Ingerência do Poder Legislativo na atividade administrativa do Poder Executivo, relativamente ao serviço público de estacionamento regulamentado.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Srs.(a) Vereadores(a),

Chega a esta Procuradoria Legislativa, para parecer, o incluso Projeto de Lei n° 029/2017, que busca conceder isenção na tarifa de "Zona Azul", pelo prazo de até duas horas, aos deficientes e idosos, quando fizerem uso do estacionamento privativo, mediante a colocação de documento de identificação e cartela de isenção, em local visível do veículo.

Visando justificar tal medida, o autor da propositura, Vereador Antônio Franco dos Santos "Bacana", pondera *"que a maioria dos idosos e deficientes vivem com uma pequena renda oriunda de sua aposentadoria ou benefício, e que os custos de vida nessas condições são elevados"*.

Destaca o autor do projeto, ainda, que a propositura *"visa conceder mais um benefício a essa classe da nossa sociedade, uma vez que as políticas públicas tem dado maior ênfase no cuidado com os idosos e deficientes, grupo esse de pessoas que por muitos anos foram esquecidos pelas administrações públicas em todas as esferas"*.

É a síntese do necessário.
Passo a opinar.

Inicialmente, urge destacar que o presente parecer é prolatado em face do que dispõe o parágrafo único do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça, senão vejamos:

> *Art. 105. (...)*
> *(...)*
> *§ 2º Além dos casos previstos neste artigo, considera-se parecer o pronunciamento da Procuradoria Jurídica da Câmara sobre* ***qualquer matéria submetida ao seu estudo, de caráter técnico e informativo, a ser requisitado pelo Presidente da Câmara e pelas Comissões regularmente constituídas.*** – g.n.

Passemos à análise da propositura.

Conforme dispõe o artigo 193 do Regimento Interno da Casa, são requisitos para apresentação dos projetos:

> *Art. 193 (...)*
> ***Parágrafo único.*** *São requisitos para apresentação dos projetos:*
> *a) enunciação exclusivamente da vontade legislativa;*
> *b) divisão em artigos numerados, claros e concisos;*
> *c) menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;*
> *d) assinatura do autor;*
> *e) justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta;*
> *f) observância, no que couber, ao disposto no art. 187 deste Regimento.*

O Projeto em análise atende a tais exigências regimentais. A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo. Está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta, de modo a evidenciar a vontade legislativa. Ademais, quanto à numeração dos artigos, observa-se o cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 193 do RI.

Por outro lado, no que tange a competência legislativa do Município sobre o tema, está claro que a propositura em análise não ofende a repartição constitucional de competências, posto que a matéria versa sobre assunto de interesse local, relativamente ao estacionamento regulamento municipal, conforme disciplinado pelo artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, senão vejamos:

> *Art. 30. Compete aos Municípios:*
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
> *(...)*

Na mesma esteira, o artigo 8°, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, outorga ao Município a prerrogativa de legislar e prover tudo quanto respeite ao

Inicialmente, urge destacar que o presente parecer é prolatado em face do que dispõe o parágrafo único do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça, senão vejamos:

> *Art. 105. (...)*
> *(...)*
> *§ 2º Além dos casos previstos neste artigo, considera-se parecer o pronunciamento da Procuradoria Jurídica da Câmara sobre* ***qualquer matéria submetida ao seu estudo, de caráter técnico e informativo, a ser requisitado pelo Presidente da Câmara e pelas Comissões regularmente constituídas.*** – g.n.

Passemos à análise da propositura.

Conforme dispõe o artigo 193 do Regimento Interno da Casa, são requisitos para apresentação dos projetos:

> *Art. 193 (...)*
> ***Parágrafo único.*** *São requisitos para apresentação dos projetos:*
> *a) enunciação exclusivamente da vontade legislativa;*
> *b) divisão em artigos numerados, claros e concisos;*
> *c) menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;*
> *d) assinatura do autor;*
> *e) justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta;*
> *f) observância, no que couber, ao disposto no art. 187 deste Regimento.*

O Projeto em análise atende a tais exigências regimentais. A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo. Está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta, de modo a evidenciar a vontade legislativa. Ademais, quanto à numeração dos artigos, observa-se o cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 193 do RI.

Por outro lado, no que tange a competência legislativa do Município sobre o tema, está claro que a propositura em análise não ofende a repartição constitucional de competências, posto que a matéria versa sobre assunto de interesse local, relativamente ao estacionamento regulamento municipal, conforme disciplinado pelo artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, senão vejamos:

> ***Art. 30.*** *Compete aos Municípios:*
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
> *(...)*

Na mesma esteira, o artigo 8°, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, outorga ao Município a prerrogativa de legislar e prover tudo quanto respeite ao

interesse local e ao bem-estar de sua população, inclusive sobre a organização e execução dos serviços públicos de interesse local, *verbis*:

> *Art. 8º Ao Município cabe legislar e prover tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*
> *(...)*
> ***V - Organizar e prestar, prioritariamente, por administração direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive os de transporte coletivo, que tem caráter essencial;***

Todavia, em face da iniciativa para se deflagrar o processo legislativo, o Projeto de Lei se mostrou verticalmente incompatível com a Constituição do Estado de São Paulo, especialmente com os seus artigos 5º, 24, § 2º, 47, II, e 144, os quais dispõem o seguinte:

> *Art. 5º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*
>
> *Art. 24 (...)*
> *§ 2º - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:*
> *(...)*
> *2 – criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX;*
>
> *Art. 47. Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:*
> *(...)*
> *II – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;*
>
> *Art. 144. Os Municípios, com autonomia, política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.*

Na mesma linha, a Lei Orgânica do Município de Garça, em seus artigos 2°, 59, §3°, e 78, II, dispôs sobre a independência e harmonia entre os poderes, além das regras de iniciativa dos projetos de lei, senão vejamos:

> *Art. 2º O Governo Municipal será exercido pela Câmara de Vereadores, com função eminentemente legislativa, e pelo Prefeito, com função substancialmente administrativa, observados os princípios da harmonia e da independência dos Poderes.*
>
> *Art. 59. (...)*
> *§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:*

> *(...)*
> *III - Criem, alterem, estruturem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.*
>
> *Art. 78 Compete, privativamente, ao prefeito:*
> *(...)*
> *II - Exercer, com o apoio dos auxiliares diretos, a direção superior da administração local;*

Luís Roberto Barroso afirma que *"haverá inconstitucionalidade formal propriamente dita se determinada espécie normativa for produzida sem a observância do processo legislativo próprio"*. E, sobre o vício de iniciativa, leciona:

> *"O processo ou procedimento legislativo completo compreende iniciativa, deliberação, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação. O vício mais comum é o que ocorre no tocante à iniciativa das leis. (...)* ***somente o titular da competência reservada poderá deflagrar o processo legislativo naquela matéria.*** *Assim, se um parlamentar apresentar projeto de lei criando cargo público, modificando o estatuto da magistratura ou criando atribuições para o Ministério Público, ocorrerá inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa".* (BARROSO, Luís Roberto. O Controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009; p. 27)

No caso concreto, o Projeto de Lei estende a isenção do estacionamento rotativo às vagas reservadas aos idosos e deficientes físicos, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito Municipal deflagrar o respectivo processo legislativo.

Em caso análogo ao examinado, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou inconstitucional a Lei n° 7.510/2011, de iniciativa de Vereador do Município de Presidente Prudente, tendo vista a ocorrência de vício de iniciativa e violação da separação dos poderes, pois tinha por finalidade instituir estacionamento rotativo gratuito, *in verbis:*

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE -* ***LEI Nº 7.510/11, DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, QUE ALTERA LEI DE"ZONA AZUL" PARA INSTITUIR ESTACIONAMENTO ROTATIVO GRATUITO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES*** *- INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. 1. A lei acrescenta artigo à lei de "Zona Azul" do Município para instituir o estacionamento rotativo gratuito por 15 minutos, com demarcação de vagas, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito deflagrar o respectivo processo legislativo. 2. Tratando-se de isenção, inegavelmente há*

> *renúncia a receita municipal, sendo certo que no caso dos autos não há qualquer disposição a respeito dos recursos disponíveis que fariam frente a essa diminuição. 3. Ação procedente.* (TJ-SP - ADI: 0053840-42.2011.8.26.0000, Relator: Artur Marques, Órgão Especial, Julgamento: 02/05/2012, Publicação: 15/05/2012) –g.n.

Na mesma linha já decidiu o Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

> *"(...) o gerenciamento dos serviços públicos municipais cabe à Administração Pública, a qual é dotada dos instrumentos e recursos para, mediante critérios de discricionariedade autorizados pela lei, analisar a conveniência e oportunidade de medidas concernentes ao sistema de estacionamento adotado pelo Município. Portanto, está patente a ofensa do Legislativo Municipal (...) ao princípio da separação dos poderes, por usurpação de competência".* (TJ/SP, ADI: 0053840-42.2011.8.26.0000, Rel. ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO, Julgado:18/11/2009)

Ou seja, verifica-se a ocorrência de invasão do Poder Legislativo na competência administrativa, afeita ao Chefe do Poder Executivo, vez que é dele a condução das políticas públicas de acessibilidade e proteção à população idosa, cabendo ao Alcaide o exame da conveniência e oportunidade do estacionamento rotativo gratuito nestes casos.

Ante o exposto, em que pesem os elevados propósitos que inspiraram o Projeto de Lei, evidente a ocorrência de vício de iniciativa, motivo pelo qual a propositura esbarra nos comandos constitucionais dispostos nos artigos 5°, 24, § 2°, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual, além de afrontar os artigos 2°, 78, II e 59, §3°, da Lei Orgânica Municipal.

É o parecer.

Garça/SP, 13 de junho de 2017.

RAFAEL DE OLIVEIRA MATHIAS
Procurador Jurídico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 29/2017. PARECER Nº 39/2017

Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 29/2017, de autoria do vereador Antônio Franco dos Santos "Bacana".

Em obediência ao regimento interno da Câmara, o projeto veio à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a análise de seus aspectos constitucionais, jurídicos e de técnicas legislativas.

A propositura, antes de sua apreciação por esta Comissão, foi analisada pela Procuradoria Legislativa desta Casa.

O Presidente avocou a relatoria para exarar o voto vencedor.

É o relatório.

Voto do Relator

No que diz respeito aos aspectos legais e constitucionais o Projeto de autoria no nobre Vereador Antonio Franco dos Santos incorre em vício de iniciativa, uma vez que invade a esfera de competência administrativa própria do Prefeito, a saber: a condução das políticas públicas de acessibilidade e proteção à população idosa. Cabe, portanto, ao Chefe do Executivo examinar a conveniência e oportunidade do estacionamento rotativo gratuito nestes casos.

Assim, em que pesem os elevados propósitos que inspiraram o Projeto de Lei, não é possível superar o fato de que a propositura fere os comandos dispostos nos artigos 5º, 24, § 2º, 47, II e 144 da Constituição Estadual, além dos capitulados nos artigos 2°, 78, II e 59, §3° da Lei Orgânica Municipal.

Isso posto, voto pela inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 16/2017.

É o Parecer.

Wagner Luiz Ferreira
Relator

Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto pela ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto.

É o parecer.

S. das Comissões, 14 de junho de 2017.

Paulo André Faneco
Membro

Voto em Separado

Analisando o Projeto de Lei nº 29/2017, de autoria do vereador Antônio Franco dos Santos "Bacana", não encontrei problema de legalidade e constitucionalidade da matéria, uma vez que o Projeto já foi presentado uma vez a esta Casa e posteriormente retirado para adequações. Sendo inclusive, essas adequações sugeridas por este vereador.

Sendo assim voto pela constitucionalidade e legalidade da matéria apresentada.

Rafael José Frabetti
Membro da C. C. J. R

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

VOTAÇÃO NOMINAL

Parecer nº 39/2017 da C.C.J.R (PL nº 29/2017), conforme dispõe o artigo 249, do Regimento Interno, foi submetido à Única ***VOTAÇÃO NOMINAL*** na 20ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de Junho de 2017 obtendo-se o resultado seguinte:

		GLOBAL		ARTIGO POR ARTIGO					
	VEREADOR	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	Antonio Franco dos Santos "Bacana"	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
2	Deyse Serapião	(X)	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
3	Fábio José Polisinani	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
4	Janete Conessa	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
5	José Luiz Marques	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
6	Marcão do Basquete	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
7	Patrícia Morato Marangão	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
8	Paulo André Faneco	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
9	Rafael José Frabetti	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
10	Reginaldo Luiz Parente	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
11	Rodrigo Gutierres	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
12	Wagner Luiz Ferreira	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
13	***Pedro Santos***	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

RESULTADO	
(X) APROVADO POR:	( ) REJEITADO POR:
( ) UNANIMIDADE	( ) UNANIMIDADE
(X) MAIORIA DE VOTOS	( ) MAIORIA DE VOTOS
	( ) INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

S. Sessões, ____ de _____ de 2017

_____
- Secretário -

QUÓRUM DE APROVAÇÃO:

(X) Maioria Simples. ( ) Maioria Absoluta. ( ) Maioria Qualificada.